

ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO É UM DIREITO – COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA É UM CAMINHO

Carolina Rizzotto Schirmer¹

RESUMO

O termo Comunicação Alternativa/Ampliada (CAA) é usado para definir as outras formas de comunicação que substituem, ampliam ou suplementam as funções da fala definitiva ou provisoriamente e envolve o uso de gestos manuais, expressões faciais e signos gráficos. A opção pelo uso de um sistema de CAA pode afetar significativamente a vida de seus usuários, pessoas incapazes de oralizar, principalmente quando pensamos na inclusão escolar desse sujeito. Nesse artigo busca-se trazer elementos que possibilitem ao leitor compreender o que é e qual a importância da CAA para os alunos com deficiência que não têm a possibilidade de fala articulada. Para isso, abordamos temas como Acessibilidade, Tecnologia Assistiva e a legislação brasileira de forma que esses conhecimentos possibilitem o entendimento e a relevância da questão.

Palavras-chave: Acessibilidade, Comunicação Alternativa/Ampliada, Tecnologia Assistiva.

INTRODUÇÃO

Atualmente muitas discussões e análises, especialmente no campo da Educação, se dão a respeito da inclusão sob a influência de várias abordagens e posicionamentos. A complexidade que permeia a questão teve maior expressividade em nosso país a partir dos anos 80, como resultado dos debates sobre a universalização da educação registrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, reforçados na Declaração de Salamanca de 1994, na Lei N.º 9.394, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional no Brasil, na Resolução CNE/CEB N.º 2 de 11 de fevereiro de 2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, e no Decreto N.º 3.956 de 08 de outubro de 2001, que tornou o Brasil signatário da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, celebrada na Guatemala. É possível dizer que há um consenso emergente, de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídos em escolas regulares (PELOSI, 2000).

Este novo paradigma gerou um novo conceito de escola e de educação; uma escola com propostas curriculares adaptadas às necessidades dos alunos e aberta à diversidade que respeita as diferenças individuais. Tal perspectiva vem implicando na redefinição do papel da escola, a partir da mudança de atitude dos professores e da comunidade. Assim, professores com formação em educação, seja especial ou não, vem enfrentando o grande desafio de educar estudantes com distúrbios mais severos, como aqueles com deficiência física e/ou mental associada a necessidades especiais nas áreas da linguagem e comunicação em ambientes escolares inclusivos. Ainda que os sistemas de CAA tenham sido introduzidos no Brasil há mais de três décadas, seus benefícios para esta população especial ainda não foram reconhecidos pelos gestores e profissionais da educação e até mesmo

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
< ead.carolina@gmail.com >

da reabilitação (NUNES, 2007). Porém, nos últimos dois anos percebe-se que o espaço está sendo aberto, e que a disponibilidade de novas tecnologias e pesquisas tem modificado a visão que se tem da deficiência, e a confusão que se faz quando se associa o seu conceito ao de incapacidade (RAGHAVENDRA *et.al*, 2007).

No entanto, ainda são muitas as barreiras significativas que impedem as pessoas que utilizam CAA de acessar tanto recursos de baixa tecnologia como as pranchas de comunicação, quanto o acesso aos recursos mais sofisticados como, por exemplo, o computador adaptado com alta tecnologia disponível hoje na “Sociedade da Informação” (DERUYTER, 2007). O não acesso pode estar associado tanto ao custo dos serviços e recursos quanto à falta de conhecimento dos usuários, famílias e educadores dos direitos que estão assegurados por lei. Por isso, o fomento tanto na área de produção dos recursos quanto de pesquisas e de formação de profissionais que tenham esta atenção é essencial para que essas pessoas tenham seus direitos assegurados.

Este artigo tem por objetivo levar as pessoas a refletirem e construïrem um saber sobre a acessibilidade na comunicação. Também pode servir como auxílio àqueles que estão fazendo sua formação, ou aos que se interessam em saber um pouco mais sobre a área da Comunicação Alternativa/Ampliada (CAA), já que este é um material que tenciona a abordagem de conceitos básicos.

Sob essa perspectiva, neste artigo abordamos os seguintes temas: Acessibilidade, Tecnologia Assistiva (TA), Comunicação Alternativa/Ampliada (CAA) e a legislação de forma a trazer elementos que possibilitem o entendimento da importância do acesso da CAA aos alunos com deficiência. Não se pretende aprofundar o estudo de cada assunto trazido neste artigo, como referido anteriormente, nem tampouco abordar as diversas discussões teóricas em cada tema, pois o objetivo é levar ao leitor um panorama geral. Portanto, sugere-se a complementação de leitura nas referências indicadas.

ACESSIBILIDADE

Quando pensamos no termo *acessibilidade*, o que nos vem logo em mente são as obras e serviços de adequação do espaço urbano e dos edifícios. Porém, acessibilidade não significa apenas permitir que pessoas com deficiência possam se locomover pelos espaços. Pensar em acessibilidade é garantir a inclusão de todos em qualquer ambiente, atividade ou uso de recurso. No Brasil, o Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, Art. 8º, traz a seguinte definição para o termo *acessibilidade*:

“Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

O mesmo artigo ainda define o que são barreiras:

“Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: barreiras urbanísticas, barreiras nas edificações, barreiras nos transportes e barreiras nas comunicações e informações”.

São consideradas barreiras na comunicação e na informação quaisquer entraves ou obstáculos que dificultem ou impossibilitem a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação. Um exemplo comum que ilustra uma situação onde há barreira na comunicação e na informação é quando chega à escola um aluno com paralisia cerebral que, em função da alteração do seu tônus muscular, tem prejudicadas as suas funções fono-articulatórias e, conseqüentemente, a dificuldade para articular a fala. O prejuízo na comunicação traz muitas dificuldades para esse aluno, dificuldades essas que muitas vezes determinam o seu futuro. Esse aluno tem dificuldades para se comunicar com seus professores e colegas, dificuldades que o impedem de ter acesso ao material pedagógico e escolar, dificuldades na avaliação da sua cognição e, freqüentemente, esses alunos com deficiência física são percebidos, erroneamente, como deficientes mentais. Nesse caso, fica claro que precisamos pensar em acessibilidade comunicativa, ou seja, em como ele irá expressar seus desejos, questionamentos, entendimentos e sentimentos.

A acessibilidade é um direito garantido por lei em nosso país, onde, além do Decreto nº 5296/94, existem outras leis que tratam do tema como a 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que necessitam de acessos específicos, e a 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade; ambas foram regulamentadas pelo Decreto 5296, de 2 de dezembro de 2004. A acessibilidade também é um dos oito Princípios Gerais (artigo 3º) da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), da qual o Brasil é um dos signatários.

Bom, mas de que forma poderemos garantir esse direito à acessibilidade comunicativa desse aluno, cidadão brasileiro? Se nos colocarmos na posição do professor que recebe um aluno com deficiência, sem possibilidade de fala, veremos quantas dúvidas surgirão pensando no processo de inclusão dele, como: Como atender as necessidades desse aluno? Como incluí-lo nos projetos educacionais? Como avaliá-lo? Como será a comunicação dele com o professor e os colegas? A resposta para muitos desses problemas funcionais que vão sendo apontados no dia a dia do professor está no conhecimento do que é Tecnologia Assistiva.

Segundo a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) – Comitê de Ajudas Técnicas (2007) :

“A Tecnologia Assistiva (TA) é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”.

A TA é composta de recursos ou seja, todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob-medida, utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência. Inclui, também, os serviços que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos acima definidos (ADA – *American with Disabilities Act Public Law 100-407* – EUA, 1998-1994). É organizada em modalidades ou especialidades, e esta forma de classificação varia conforme diferentes autores ou instituições que trabalham com TA. Segundo Bersch (2007), a organização por modalidades contribui para o desenvolvimento de pesquisas, recursos, especializações profissionais e organização de serviços.

Podemos citar como modalidades ou especialidades: Auxílios para a vida diária e vida prática; Comunicação Ampliada/Alternativa (CAA); recursos de acessibilidade ao computador; adequação postural (posicionamento para função); auxílios de mobilidade; sistemas de controle de ambiente; projetos arquitetônicos para acessibilidade; recursos para cegos ou para pessoas com visão subnormal; recursos para surdos ou pessoas com déficits auditivos e adaptações em veículos.

A classificação proposta na *ISO 9999/EN 29999*, amplamente utilizada em todo o mundo, em base de dados e catálogos, orienta os produtos e agrupa os dispositivos em 10 classes: auxiliares de tratamento e treino, próteses e órteses², ajuda para cuidados pessoais e higiene, ajuda para a mobilidade, ajuda para cuidados domésticos, mobiliário e adaptações para habitação e outros locais, ajuda para a comunicação, informação e sinalização, ajuda para manuseamento de produtos e mercadorias, ajuda e equipamentos para melhorar o ambiente, ferramentas e máquinas e ajuda para recreação; no entanto, não cobre os serviços de TA.

Podemos dizer que o objetivo final da TA é o uso de tecnologias (serviços e recursos) que ajudem a ultrapassar as limitações funcionais dos seres humanos num contexto social, sendo de extrema importância identificar não só os aspectos puramente tecnológicos, mas sobretudo aqueles relacionados aos fatores humanos e socioeconômicos (EUROPEAN COMMISSION – DGXIII, 1998). A forma como a TA será utilizada certamente será influenciada pelas características do usuário, bem como pelo ambiente físico e social em que se situa, e não depende unicamente dos recursos tecnológicos como se pensava anteriormente (HIGGINBOTHAM *et.al*, 2007). Por isso, devemos considerar que, para que o uso dos recursos seja funcional, os usuários devem ser encarados como protagonistas principais pois são eles que têm a última palavra na escolha desses recursos e estratégias e, portanto, precisam participar dessa equipe, bem como seus cuidadores (YEAGER *et.al.*, 2006; BLACKSTONE *et.al.*, 2007).

Portanto, falar em acessibilidade comunicativa na prática pedagógica em nosso país, onde esses conhecimentos específicos estão restritos a um grupo muito pequeno de profissionais, é de grande relevância, assim como pensar nela na prática pedagógica é pensar em uma comunicação funcional com o uso da CAA.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

Segundo Nunes (2004), cerca de uma em cada duzentas pessoas é incapaz de se comunicar através da fala articulada devido a vários fatores neurológicos, físicos, emocionais e cognitivos. Segundo dados da *American Speech-Language-Hearing Association* (1981), 0,5% população mundial é privada da comunicação através da fala, e depende de meios alternativos para a comunicação. Para entender a importância da CAA na vida das pessoas com dificuldades graves na fala e escrita, precisamos rever os conceitos de linguagem e comunicação.

Nas discussões sobre a cognição, a linguagem costuma ser invocada como uma das razões da singularidade cognitiva humana, sendo considerada como a representação do pensamento e

² Órtese: deriva da palavra grega *orthósis*, significa “tornar correto”. É todo dispositivo destinado a sustentar todo ou parte do peso corporal, garantindo-lhe um melhor posicionamento, estabilização e/ou função. São normalmente confeccionadas sob medida e servem no auxílio de mobilidade, de funções manuais (escrita, digitação, utilização de talheres, manejo de objetos para higiene pessoal), correção postural, entre outros.

expressa pelos indivíduos através de um código, que é a língua. Este código tem propriedades e domínios específicos que se constituem de elementos organizados (e ‘organizáveis’) de forma sistemática. Dessa forma, é possível que os usuários do código (‘língua’) possam compreender a mensagem, resultando no principal objetivo do uso da linguagem: a comunicação. É importante ressaltar que essa mensagem que será compartilhada pode ser a fala, os gestos, a língua de sinais, a simbologia gráfica, a escrita ou o uso associado de mais de uma forma.

A comunicação é, portanto, um processo complexo de transferência de informação usado por pessoas para influenciar o comportamento de outras. Implica na transmissão de mensagens (pensamentos, idéias, desejos e sentimentos) de uma pessoa para a outra, cujos participantes se influenciam mutuamente durante esse processo (TOMASELLO, 2003). As capacidades comunicativas são críticas no desenvolvimento e manutenção das relações sociais, na aprendizagem do viver em comunidade, e, para a satisfação em geral, de quase todas as necessidades humanas. Por isso, a comunicação é um processo contínuo que ocorre ao longo de todas as atividades diárias.

Muitas pessoas com dificuldades de comunicação podem não conseguir se comunicar com eficácia utilizando os meios de comunicação mais naturais ou comuns como a fala e a escrita (NUNES, 2004). Nestes casos, a TA, e mais especificamente a CAA, podem permitir a essas pessoas comunicar-se com competência.

A Comunicação Ampliada/Alternativa (CAA) é uma das modalidades da TA, como vimos anteriormente, que atende pessoas sem fala ou escrita funcional ou com defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar e/ou escrever. Busca, então, através da valorização de todas as formas expressivas do sujeito e da construção de recursos próprios, construir e ampliar sua via de expressão e compreensão (CHURCH E GLENNEN, 1992). Um exemplo de recurso de baixa tecnologia são as pranchas de comunicação, construídas com simbologia gráfica (desenhos representativos de idéias), fotografias, objetos tridimensionais, letras ou palavras escritas, e utilizadas pelo usuário da CAA para expressar seus pensamentos e sentimentos. Existem também os recursos de alta tecnologia, como os vocalizadores, que são pranchas com voz sintetizada (onde o texto é transformado eletronicamente em voz) ou gravada (onde as mensagens podem ser gravadas pelo parceiro de comunicação) e que ajudam a comunicação das pessoas em seu dia-a-dia. Ou, ainda, os computadores que, com *softwares* e *hardwares* especiais, podem se transformar em potentes recursos de comunicação com vocabulário ilimitado. Para isso, utilizamos, por exemplo, um software especial com pranchas dinâmicas, ou teclados virtuais e programas de síntese de voz. Recursos de acessibilidade como os teclados, mouses e acionadores poderão ser úteis para que aconteça o acesso ao símbolo ou à letra. Desta forma, a pessoa com deficiência passa de uma situação de passividade para outra, de ator ou de sujeito do seu processo de desenvolvimento.

Desenvolvimentos tecnológicos recentes em áreas como telecomunicações, informática, eletrônica possibilitaram um número enorme de aplicações técnicas, que podem ser úteis para resolver ou ultrapassar as limitações funcionais na comunicação. Alguns exemplos de avanços tecnológicos podem ser encontrados nas seguintes áreas: comunicação interpessoal (sistemas de CAA com e sem auxílio externo); informática (acesso dos computadores garantidos por interfaces de controle – acionadores e mouses adaptados, teclados alternativos – expandidos ou reduzidos, órteses de digitação e ponteiros de cabeça e de boca, softwares com teclados virtuais e síntese de voz, entre outros; telecomunicações (rádios e telefones, sistemas de e-mail e Internet). E, por fim, os recursos pedagógicos e escolares adaptados (livros com símbolos gráficos ou em CD, computadores com lei-

tores de tela e fala sintetizada, *softwares* específicos entre outros) (EUROPEAN COMMISSION – DGXIII, 1998).

A CAA é um campo multidisciplinar por excelência, considerada uma área da prática clínica e educacional que se propõe a compensar (temporária ou permanentemente) a incapacidade ou deficiência do sujeito com distúrbio severo de comunicação. Tem como objetivo valorizar todos os sinais expressivos, ordenando-os para o estabelecimento de uma comunicação rápida e eficiente, tornando, assim, o sujeito com distúrbio de comunicação o mais independente e competente possível em situações comunicativas, podendo ampliar suas oportunidades de interação com os outros, na escola e na comunidade em geral. Uma aplicação efetiva de CAA envolve, geralmente, uma abordagem multimodal. Ela pode empregar a combinação de diferentes modos de ação, expressões faciais e auxílios de comunicação. Os sistemas de CAA são os recursos³, as estratégias⁴ e as técnicas⁵ que apóiam modos de comunicação existentes (fala reduzida e pouco inteligível) ou substituem a fala.

Quando falamos dos usuários de CAA, referimo-nos, principalmente, a pessoas com deficiência física, mental e ou múltipla. Apesar de estarmos pensando sua aplicação na escola, esta abordagem e seus recursos podem ser utilizados com crianças, adolescentes e adultos. Os profissionais da área da reabilitação e educação também usam CAA, só que como instrumento para a sua atividade profissional no atendimento a essas pessoas.

Agora que já compreendemos o que é, e a importância da CAA na vida das pessoas com deficiência para garantir esse direito, é necessário conhecimento da legislação que garante esses recurso e serviços.

LEGISLAÇÃO

No Brasil, assim como a acessibilidade é um direito adquirido pelo cidadão, os recursos e serviços de TA que a possibilitam também o são. Só que na legislação brasileira, ao invés de encontrarmos o termo Tecnologia Assistiva, encontraremos o termo Ajudas técnicas no Art.61 do decreto 5296 de dezembro de 2004, quando se trata de garantir:

“Produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida “.

O termo *Ajudas técnicas* é, portanto, sinônimo de TA no que diz respeito aos recursos que promovem funcionalidade de pessoas com deficiência ou com incapacidades advindas do envelhecimento. É importante ressaltar que a legislação brasileira garante ao cidadão brasileiro com deficiên-

3 São exemplos de recursos as pranchas de comunicação, os cartões com fotos ou símbolos gráficos, os objetos concretos que serão apontados para referir uma mensagem a ser comunicada etc.

4 Uma estratégia de comunicação pode ser a sinalização do “sim” e do “não” através de gestos ou expressões faciais e a postura do parceiro de comunicação, que deverá fazer perguntas objetivas que valorizem estas respostas.

5 Uma técnica de comunicação pode ser apontar diretamente um símbolo, que está em uma prancha de comunicação para assim, expressar a mensagem que ele representa (apontamento direto). Outra técnica, seria a de observar o parceiro de comunicação que aponta os símbolos da prancha, um após o outro, e o usuário da CAA sinaliza com um gesto ou som, quando o símbolo que deseja expressar for selecionado pelo parceiro (técnica de varredura).

cia, ajudas técnicas; portanto, o professor sabendo desse direito do aluno, deve ajudá-lo a identificar quais são os recursos necessários para a sua educação, a fim de que ele possa recorrer ao poder público para obter esse benefício.

O Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999 cita quais são os recursos garantidos as pessoas com deficiência e entre eles encontramos:

“Equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para o uso por pessoa portadora de deficiência; elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoal necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa portadora de deficiência; elementos para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para a pessoa portadora de deficiência; equipamentos e material pedagógico especial para a educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência; adaptações ambientais e outras que garantem o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal.”

Alguns exemplos de elementos para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para a pessoa portadora de deficiência são os sistemas de CAA citados acima. Se pensarmos no caso de um aluno com uma distrofia muscular de Duchenne⁶ em uma sala de aula, quando a professora fizer algum questionamento à turma e este aluno tentar responder, poderemos ter uma fala, nesse momento, ininteligível ou até a ausência dela. Esta é uma situação de grande tensão tanto para o aluno como para colegas e professor. Se utilizarmos um recurso de apoio, como uma prancha com letras, onde o aluno possa escrever ao menos as primeiras letras do que está tentando falar ou uma prancha com tópicos abordados na sala de aula, teremos uma comunicação mais eficiente e menos angustiante para todos. Se ele não consegue escrever, poderemos utilizar um computador adaptado, e isso é garantido por lei.

O decreto 5296, de dezembro de 2004, também prevê no Art. 62. incentivo aos programas e as linhas de pesquisa a serem desenvolvidos com o apoio de organismos públicos de auxílio à pesquisa, e de agências de financiamento, que deverão contemplar temas voltados para ajudas técnicas, cura, tratamento e prevenção de deficiências ou que contribuam para impedir ou minimizar o seu agravamento. E ainda, no Art. 65. descreve que:

“(...) o Poder Público devera viabilizar o reconhecimento da área de ajudas técnicas como área de conhecimento; promoção da inclusão de conteúdos temáticos referentes a ajudas técnicas na educação profissional, no ensino médio, na graduação e na pós-graduação; apoio e divulgação de trabalhos técnicos e científicos referentes a ajudas técnicas; estabelecimento de parcerias com escolas e centros de educação profissional, centros de ensino universitários e de pesquisa, no sentido de incrementar a formação de profissionais na área de ajudas técnicas(...).”

CONSIDERACOES FINAIS

A CAA é uma área de conhecimento recente no Brasil, ainda que existente em outros países, como Estados Unidos, há aproximadamente 50 anos. Em nosso país, ela começou no final da década-

⁶ Doença degenerativa progressiva onde ocorre o enfraquecimento e degeneração dos músculos e onde com o avanço da doença a perda da fala e da possibilidade de escrita.

da de 70 em São Paulo e ainda hoje sua prática tem estado restrita a instituições clínicas e escolas especiais em grandes centros das regiões Sudeste e Sul do país.

Por isso a discussão dos temas abordados acima é vital para o desenvolvimento área da TA e, principalmente da CAA, pois muitas são as pessoas com distúrbios graves de comunicação, temporários ou permanentes, que poderiam se beneficiar destes sistemas e que não tem acesso a eles por falta de informação.

Esta pode ser uma área que não está diretamente ligada a saúde física do sujeito porém, ela está intimamente ligada à qualidade de vida; principalmente quando entendemos que a qualidade de vida é um conceito multidimensional que descreve uma forma agradável de se estar na vida, a qual abrange diferentes aspectos, como o estado físico e as capacidades funcionais, estado psicológico e bem estar nas interações sociais, situação econômica ou profissional (EUROPEAN COMMISSION – DGXIII, 1998). Através do seu uso, o sujeito poderá melhorar a autonomia, ou seja, a sua capacidade de planejar a sua própria vida, estabelecer uma relação com os outros e em conjunto com eles e principalmente participar ativamente da construção da sociedade. A CAA deve ser entendida como um instrumento para a autonomia e, como tal, para o relacionamento. Quando o usuário se apropria do recurso de CAA, isso se torna um prolongamento do seu corpo, sua voz, sua fala e isso se reflete na sua capacidade de se relacionar com os outros e consigo mesmo.

O importante é reconhecer que a escolha pelo uso do recurso de CAA pode afetar significativamente a vida desse aluno, que passará de um aluno passivo para um aluno ativo dentro da sala de aula, capaz de vencer barreiras e compensar as suas limitações funcionais.

Esperamos que o quanto antes ocorra em nosso país a transformação deste estereótipo negativo que se tem de que as pessoas que não “falam” não pensam, não sentem, não tem necessidades de comunicar-se com os outros. E que, com essa transformação, venham as muitas mudanças nas linguagens, nas condições de emprego e na educação. Enfim, mudanças em todas os esferas da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERICAN SPEECH-LANGUAGE-HEARING ASSOCIATION: Position statement on non-speech communication, *ASHA*, v.23, pp. 577-581. (1981)
- AMERICAN WITH DISABILITIES ACT – ADA (1994). Disponível em: <http://www.resna.org/taproject/library/laws/techact94.htm> . Acesso em 10/11/2007.
- BERSCH, Rita: *Introdução à Tecnologia Assistiva – TA* (2007). Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao%20TA%20Rita%20Bersch.pdf>. Acesso em 02 de novembro 2007.
- BLACKSTONE, S. W.; WILLIAMS, M. B.; WILKINS, D. P.: *Key principles underlying research and practice. Augmentative and Alternative Communication*. Sep; 23(3): 191-203 (2007).
- BRASIL: Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001 [1b. 6f]. Esse Decreto torna o Brasil signatário da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, celebrada na Guatemala. *Portal do MEC, Legislação de Educação Especial*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=325&Itemid=456>. Acesso em 11 de novembro 2008.
- BRASIL: Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 – DOU de 03/12/2004. http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 11 de novembro 2008.
- BRASIL: LEI Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 [28f]. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Portal da SEESP – Secretaria da Educação Especial. Legislação específica/Documentos internacionais*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 21 de outubro 2008.

- BRASIL: CORDE, Comitê de Ajudas Técnicas, ATA VII (2007).
Disponível em: http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/comite_at.asp. Acesso em 21 de outubro 2008.
- BRASIL: Ministério da Educação. *Documento Orientador. Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade*, Brasília, 2004, 51p.
- BRASIL: RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001 [a]. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. *Portal da SEESP – Secretaria da Educação Especial. Legislação específica/Documentos internacionais*.
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf. Acesso em 21 de outubro 2006.
- CHURCH, G.; GLENNEN, S.: *The handbook of Assistive Technology*. San Diego, Califórnia, EUA. Singular Publishing Group (1992).
- DERUYTER, F; MCNAUGHTON, D; CAVES, K; BRYEN, D.N; WILLIAMS, M. B.: *Enhancing AAC connections with the world. Augmentative and Alternative Communication*. Sep; 23(3): 258-70 (2007).
- EUROPEAN COMMISSION – DGXIII: *Empowering Users Through Assistive Technology (EUSTAT)* (1998).
Disponível em <http://www.siva.it/research/eustat/index.html>. Acesso em 28 de outubro 2008.
- HIGGINBOTHAM, D.J; SHANE, H; RUSSELL, S; CAVES, K.: Access to AAC: present, past, and future. *Augmentative and Alternative Communication*. Sep; 23(3):243-57 (2007).
- NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula: *Promovendo a inclusão comunicativa de alunos não oralizados com paralisia cerebral e deficiência múltipla*. Projeto de Pesquisa financiado pelo CNPq, proc. 473360/2007.1 (2007).
- NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula: Linguagem e comunicação alternativa: uma introdução. In NUNES, L.R. (org): *Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidade educacionais especiais* (pp. 1-13). Rio de Janeiro: Dunya (2004).
- PELOSI, Myriam Bonadiu: *A comunicação alternativa e ampliada nas escolas do município do Rio de Janeiro formação de professores e caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.
- RAGHAVENDRA, P; BORNMAN, J; GRANLUND, M; BJÖRCK-AKESSON, E.: The World Health Organization's International Classification of Functioning, Disability and Health: implications for clinical and research practice in the field of augmentative and alternative communication. *Augmentative and Alternative Communication*, Dec; 23(4):349-61 (2007).
- TOMASELLO, M.: Comunicação lingüística e representação simbólica. In TOMASELLO, M. (ed): *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*, pp. 131-186, C. Berliner (trad.), São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Trabalho original publicado em 1999).
- YEAGER, P; KAYE, HS; REED, M; DOE, T.M.: *Assistive technology and employment: experiences of Californians with disabilities*. California Foundation for Independent Living Centers, Sacramento, CA, USA, 27(4):333-44 (2006).

ABSTRACT

Alternative/Augmentative Communication refers to other means of communication that replace or enlarge, temporarily or definitively, the functions of speech and involves the use of manual gestures, facial expressions and graphic signs. The use of an Alternative/Augmentative Communication system can affect considerably the lives of its users, people unable to speak, particularly when we think about scholar inclusion of this population. This article tries to highlight elements that allow the reader to understand what Alternative/Augmentative Communication is and its importance for no vocal students. To reach this goal, we discuss issues such as accessibility, assistive technology and Brazilian legislation so that this knowledge can enable the readers to understand the relevance of this matter.

Keywords: Accessibility, Augmentative and Alternative Communication, Assistive Technology.